

L E I N° 210/99

EMENTA: Fixa o subsídio dos

Vereadores deste Município para os Exercícios de 1999/2000 da presente legislatura e dá outras

providências.

A Prefeita Municipal de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que preceituam o Art. 29, Inciso V e Art. 39, parágrafo 4º da Constituição Federal em vigor, face às modificações estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União, no dia 05 do mesmo mês e ano, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e dá outras providências;

Faço saber, ao povo de Afogados da Ingazeira, que a Câmara Municipal de Vereadores Decretou e Eu Sanciono a Seguinte Lei:

Art. 1.º - O subsídio mensal (parcela única) a ser pago aos Vereadores com assento à Câmara Municipal de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, nos Exercícios de 1999/2000 que integram a atual legislatura para o qual foram eleitos, terá o teto máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

Art. 2° - O valor do Subsídio constante no Art. 1° desta Lei, não poderá ultrapassar de 75% (setenta e cinco por cento) do valor pago em espécie ao Deputado Estadual e nem 5% (cinco por cento) da receita orçamentária efetivamente arrecadada pelo Município nos respectivos exercícios financeiros, bem como o subsídio pago ao Prefeito do Município, nos termos do que prescreve o Art. 37°, nos Incisos X e XI, da Constituição Federal em vigor, sendo reduzido o valor estabelecido para o limite constitucional;



- Art. 3º Os valores dos subsídios constantes no Art. 1º desta Lei, serão anualmente corrigidos pela inflação nacional da moeda corrente do País, com o índice oficial atribuído pelo IBGE, desde que se registre elevação de receita efetivamente arrecadada pelo Município;
- Art. 4° Ao Presidente da Câmara Municipal pela sua representatividade pública decorrente do exercício de suas funções, será concedida mensalmente, parcela indenizatória correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Subsídio que lhe for atribuído a cada mês;
- Art. 5° Para efeito de cálculos dos valores a serem pagos à título de Subsídio do Vereador, servirá como parâmetro o resultado da receita orçamentária efetivamente arrecadada no mês imediatamente anterior, que deverá ser fornecida pelo setor competente da Prefeitura Municipal, local, através de Ofício, até o dia 10 (dez) de cada mês;
- Art. 6° As Reuniões Extraordinárias convocadas nos termos exarados pela Lei Orgânica Municipal ou pela ausência destes, pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, serão remuneradas no percentual de 20% (vinte por cento), em relação aos valores pagos a título de Subsídio, e no caso de não ter sido concluído o período, se tomará por base o mês anterior, não podendo ser remuneradas mais de 04 (quatro) Reuniões Extraordinária por mês, e apenas uma Reunião por dia, qualquer que seja a sua natureza, cujas despesas têm caráter indenizatório, não estando sujeitas ao teto constitucional decorrente da Emenda Constitucional nº 01/92;
- Art. 7º Os períodos legislativos adotados pela Câmara Municipal de Vereadores deste Municipio na atual legislatura, não poderão ser encerrados sem a apreciação das Diretrizes Orçamentárias ou quando se verificar matéria oriunda do Poder Executivo Municipal pendente de discussão e votação, podendo o Presidente da Câmara Municipal realizar as Reuniões Ordinárias que se fizerem necessárias para a apreciação final das matérias mencionadas;
- Art. 8° Os encargos financeiros necessários ao cumprimento desta Lei serão custeados pelas Dotações Orçamentárias próprias constantes no Orçamento Anual do Município e Suplementadas, se necessário, na forma da Lei Federal n° 4.320/64;

Praça Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, 20 - Tel.: (081) 838-1235 - Tel./Fax: (081) 838-1282 E - Mail: Afogados @ arconet.com.br - CGC 10.346.096/0001-06 - Afogados da Ingazeira - Pernambuco



Art. 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros retroagirão a partir de 1° de março de 1999;

Art. 10° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Afogados da Ingazeira - PE, em 12 de abril de 1999.

Prof^a. Maria Gizelda Simões Inácio - PREFEITA MUNICIPAL -

marhous



Rui Aciely Barbosa *Assessor Governamental*

Dr. Carlos Antonio dos Santos Marques
Procurador Geral

Acidália Amorim Viana *Secretária de Administração*

José Severino Matias
Sec. de Agricultura e Abastecimento

Maria Madalena Leite Patriota *Sec. de Assistência Social*

Maria José Acioly Paz de Moura

Sec. de Educação, Cultura, Artes e Esportes

Lucivaldo de Vasconcelos Leite
Secretário de Finanças

Sec. de Viação, Obras e Serviços Urbanos

Sandra Regina Siqueira Leite
Secretária de Saúde